

## **TERRITÓRIOS DA SOCIEDADE, IMPULSOS GLOBAIS E PENSAMENTO ANALÍTICO: POR UMA CARTOGRAFIA DA AÇÃO <sup>1</sup>**

**Territories of society, global impulses and analytical thought: Cartography of the action.**

*Ana Clara Torres Ribeiro*  
*Socióloga, Universidade do Federal do Rio de Janeiro*

Artigo recebido em 13/06/2012 e aceito para publicação em 20/09/2012

### **RESUMO**

A Sociologia do tempo presente em diálogo com a Geografia é o desafio da análise. Considerando que as novas formas de dominação e de impulsos globais realizam-se pelos domínios da criatividade do tecido social e pelas novas formas de criminalização da vida social de bases populares. O presente artigo foi transcrito do vídeo da Conferência de abertura do *III Seminário Nacional Metrópole: Governo, Sociedade e Território & II Colóquio Internacional Metrôpoles em Perspectivas*, realizado na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 2010. Tem como finalidade contribuir para o debate teórico-conceitual sobre a dificuldade de compreensão dos novos processos de dominação que por meio de voracidades, projetos e ideologia em torno da modernização e da segurança nas áreas urbano-metropolitanas. Trata também de necessidade de disputar a noção de território e inventar metodologias que compartilhem com o entendimento da experiência social

**Palavras-chave:** Cartografia da ação social, Território usado, Violência, Espaço publico, Impulsos globais

### **ABSTRACT**

The Sociology of the present time in dialogue with Geography is the challenge of the analysis. Whereas new forms of domination and global impulses are held by fields of social fabric creativity and new ways of criminalization of popular bases social life. This article is a transcription of the opening video conference of the Third National Seminar Metropolis: Government, Society and Territory & II International Colloquium Metropolis in Perspective, held at Teachers Education College of Rio de Janeiro state university, on December 1st , 2010. Aims to contribute to the debate on the theoretical and conceptual difficulty in understanding the new processes of domination through voracities, projects and ideology about modernization and security in urban-metropolitan areas. It also deals with the to debate the notion of territory and invent methods to dialogue it with the understanding of social experience

**Keywords:** cartography of social action, Territory use, violence, public space, Global Pulse

## SOCIOLOGIA E GEOGRAFIA

Esta ideia falar dos territórios da sociedade me veio do quadro de violência que estamos acompanhando, e também vivendo, na cidade do Rio de Janeiro, assim como do diálogo que pretendemos construir entre a geografia e a sociologia. Há um diálogo interdisciplinar que está acontecendo em tempos difíceis, tempos extremamente difíceis. Essas dificuldades, que muitas vezes não são muito visíveis, ou não são reconhecíveis, advêm de consensos muito rápidos, de leituras muito velozes, de imagens muito impactantes, e de diálogos que não acontecem. Isso configura tempos difíceis.

Aquela frase famosa de Marx, de quando ele analisa o capitalismo, “Tudo o que é sólido se desmancha no ar”, contém uma verdade: o capitalismo é destrutivo (é construtivo — e destrutivo *também*). Mas nem sempre se desmancha no ar o que é sólido: de um lado se desmancham umas coisas, mas de outro lado existem permanências sobremaneira cruéis, pois o que é sólido, o que é sólido para valer, dificilmente se desmancha no ar, principalmente para as sociedades periféricas, onde o impulso do capitalismo é mais seletivo. Certas coisas não se desmancham; muito ao contrário.

A nossa sociedade hierárquica, a nossa sociedade profundamente rígida não se desmanchou: está aí, inteira. De um lado temos uma modernização muito veloz, que indica desmanchar-se no ar tudo o que é sólido. Do outro lado, temos cristalizações e permanências, que indicam que o que é sólido nem sempre se desmancha — especialmente nas sociedades periféricas, por causa da seletividade dos impulsos globais. Os impulsos globais não são homogêneos, são altamente seletivos, e cada vez mais seletivos. Por isso mesmo, esses impulsos, que são os interesses, as corporações transnacionais, os investidores estrangeiros, escolhem muito bem os pontos de modernização. A escolha é cada vez mais precisa, exata, levando a que grandes segmentos da nossa vida social permaneçam cristalizados e se tornem cada vez menos plásticos, cada vez menos flexíveis. Se de um lado há extrema flexibilização, de outro lado existem imobilismos. Daí a dificuldade dum diálogo interdisciplinar que articule a geografia e a sociologia, porque esse diálogo na contemporaneidade terá necessariamente de voltar à filosofia e à política.

Ao voltar à filosofia me parece mais e mais obrigatório tratar de algumas tensões dialéticas. Entre essas tensões vou citar muito rapidamente: tempo e espaço, passado e presente, matéria e espírito, técnica e ação, objetividade e subjetividade, materialidade e sociabilidade, ou, como diria Milton Santos (SANTOS, 1994, 1996), técnica e tempo, razão e emoção. Há tensões que atingem as subjetividades e atingem a memória da filosofia e da política. Então retomamos os termos mais gerais de uma reflexão, ou de uma reflexividade, que encontra fortes oposições nos processos de modernização, bem como nos rápidos consensos superficiais que são veiculados pela mídia, e que também são a matéria do marketing político.

## TERRITÓRIO E ESPAÇO PÚBLICO: DESCONSTRUINDO CONSENSOS

Vivemos com muita dificuldade um clima que impede o dissenso. Com tanta democracia formal, tanto espetáculo de participação, estamos vivendo consensos profundamente autoritários — e novos projetos que fazem lembrar a crítica formulada por Gramsci (GRAMSCI, 2004, 2000a, 2000b.), e são um tanto ou quanto assustadores, eu diria. Esses projetos, bastante ambiciosos, se por um lado apontam para a fraternidade e o companheirismo, por outro apontam para a expansão dos mercados. Temos assim uma contradição, ou contradições simultâneas que exigem que se supere um pouco o sorriso fácil; que se adentre um pouco mais nas intenções, nos projetos e, sem dúvida nenhuma, nos interesses (quais são os interesses envolvidos? e fazendo-se o quê?). Eis uma boa pedagogia para desencantar consensos e criar áreas mais sólidas neste diálogo entre a geografia e a sociologia.

Lefebvre, no seu livro *Lógica Formal, Lógica Dialética* (LEFBVRE, 1995), afirma ser necessário, para o pensar crítico, para o pensar sobre o movimento, que se alcance tanto o movimento do pensar (pois o pensamento não deve ser cristalizado), quanto o pensar do movimento (ou seja, a reflexão acerca das

transformações em curso). Temos de nos mover de algum modo, sobretudo em um presente, como este, tão marcado pelas características da modernidade radicalizada, absolutamente radicalizada, ou modernidade tardia, em que vivemos — uma brutal modernidade tardia que se manifesta como projetos de modernização nas periferias do capitalismo.

Nesta conjuntura vivenciamos novas formas de acumulação do capital, entre as quais há as que retomam o primitivo, ou seja, são formas primitivas de acumulação, mas correspondentes, na verdade, a novas formas de lucrar, mais e mais inclinadas sobre a cultura, de onde extraem criação e ideias. Cada vez mais, a cultura é fonte de ideias, de criação, de mercadorias e de lucro, significando isso que fundamentalmente vigora hoje uma acumulação primitiva de novo tipo, investigadora das periferias do capitalismo, inclusive das periferias metropolitanas, e criadora de novos nexos entre a economia e a cultura. Isso nos aponta a natureza atual do capitalismo: uma nova forma metabólica de acumulação, um novo corpo do capital; estamos em face de um novo metabolismo do capital. É coisa muito difícil de perceber, sobretudo do nosso lugar de observação, que é um lugar periférico e, por isso mesmo, mais complexo, como dizia Milton Santos (SANTOS, 1994, 1996, 2000). Mais do que isso: observando apenas daqui, somamos tempo e espaço, somamos e hibridamos muitas determinações. Exatamente por essa razão somos mais difíceis de compreender e é mais difícil nos compreendermos a nós próprios.

Vimos emergir da crise de acumulação dos anos 1970 uma nova forma do capital, um novo capitalismo, basicamente configurado como financeiro e cognitivo. Trata-se de informação, de conhecimento e de especulação. E de financeirização também? Também, mas em grande parte uma financeirização veloz, que não pretende colar-se a ambientes antagônicos, e sim descolar-se, ir para as fontes de lucro, gerando enormes concentrações da riqueza. A partir dos anos 1970 consolida-se, portanto, um novo período do capital, com grandes impactos sobre as metrópoles, especialmente as das sociedades periféricas. São impactos fragmentadores: vê-se a combinação tremenda entre a formação de novas centralidades altamente excludentes, de um lado, e, do outro, vias rápidas, um modelo notarialista exacerbado; fragmentações no território. Tem-se a metrópole com uma configuração que corresponde ao período contemporâneo do capitalismo, esse capitalismo financeiro, ou cognitivo, ou de ambas as espécies ao mesmo tempo. Quer dizer que estamos em face de novas voracidades: voracidade por recursos, voracidade por inovações, voracidade por criatividade, voracidade por nichos de oportunidade, voracidade por ações que busquem de maneira exata o lucro. Vimos as características de ações dessas explodirem em contradições e em crises sociais no ano passado, com desdobramentos para este ano. O Brasil “escapou” da crise, se é que se pode chamar de “escapar da crise” atolar as cidades de automóveis e estourar com o modelo petroleiro de deslocamento urbano (RIBEIRO e SILVA, 2004).

A partir do ano passado, vimos irromper uma face muito cruel desse tipo específico e particular de capitalismo, naquilo que correspondeu à sua voracidade por capital público. A crise do capital financeiro foi brutalmente socializada com a sociedade, com os pobres, tanto dos países centrais como das sociedades periféricas. Teve-se uma socialização brutal dos custos da crise de acumulação, crise essa que rebentou no âmago do capital financeiro. Os recursos públicos foram arrastados por uma voracidade de conter a crise dos bancos, de resguardar a posição das economias, em meio ao deslocamento das formas de lucro que, sem tal proteção, pisavam sobre um terreno insólito e instável, marcado fundamentalmente pelo que se chama, com eufemismo, de *táticas especulativas*. O arrasto de recursos aconteceu de uma forma estupenda, deixando a voracidade desse capital evidenciada nos recursos financeiros e materiais que se acumularam na outra história dessa modernização: privatizaram-se muitas empresas, privatizou-se muito patrimônio público, deslocaram-se investimentos e acervos de recursos para sustentar a crise. Isso nos mostra bem quanto é incerta e insegura a nossa experiência coletiva, e como, de uma hora para a outra, podemos sofrer os impactos destrutivos desta natureza nova do capital, e quanto precisamos atualizar a nossa leitura do espaço e sociedade, ou seja, dos nexos entre o espaço e a sociedade em meio a essas novas configurações da ação dominante, cada vez mais apoiada pela técnica.

As novas formas de acumulação do capital alavancam consensos que em grande parte são apoiados no destaque atribuído à visão. Somos sobrecarregados de imagens, de leituras outorgadas da experiência

social. É difícil combater imagens com o verbo, um verbo que é cada vez mais fragilizado pela propaganda. É difícil recuperar conceitos e trabalhá-los num momento em que os próprios conceitos estão sendo absorvidos por outras práticas, voltadas sobretudo para alavancar mercadorias. É difícil preservar a palavra diante da imagem, a palavra ante as várias linguagens que trabalham para as dominantes representações do espaço. Como preservar a palavra de maneira ao mesmo tempo conectada e livre que nos permita pensar futuros alternativos? Em face da sedução exercida pela imagem, que é que vale o nosso discurso tão pouco sedutor? Como vamos destringir as palavras, para que elas sejam de fato conceitos, e possam ferir os consensos até certo ponto, abrindo para a reflexão. É um trabalho que precisa ser feito, mas é extremamente difícil por causa das novas linguagens, que são muito mais rápidas, sedutoras e brilhantes do que as nossas.

É por isso que penso que precisamos da aliança com os comunicadores, precisamos dar um jeito para concorrer, competir, inclusive porque é insuportável viver apenas de uma forma passiva e pacífica a ativação da ação que é determinada de cima para baixo. Estamos sendo ativados o tempo todo, mas não somos ativos o tempo todo. Gastamos as nossas energias nas ativações; agora, não sei se conseguimos ser ativos. Essa distância entre *ativação* e *atividade* e *ação* deve ser mantida, a qualquer custo, no diálogo entre a geografia e a sociologia. Não concordamos em que *atividade* e *ação* sejam a mesma coisa; não são. A atividade reitera o que *já existe*, a ação descobre o que *ainda não existe*; são coisas extremamente diversas entre si. Só há potencial libertário na ação, e não na atividade. Frequentemente se confunde uma com a outra, de modo que, pelo simples fato de se estar envolvido num monte de meras atividades, acredita-se estar empenhado em verdadeiras ações, e aqueles que tanto se dão a esse afã cego insistem muito com outras pessoas, para que também fiquem o tempo todo ativas dessa maneira, a qual pela sua demasia impede que se tenha oportunidade de perceber as diferenças, tão importantes, entre isso que se faz e o que de libertário se poderia fazer.

## **NECESSIDADE ATUAL DE DISPUTAR A PRÓPRIA NOÇÃO DE TERRITÓRIO: O “OUTRO” DO PLANEJAMENTO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Tais diferenças de sentido precisam ser preservadas não só no diálogo entre a geografia e a sociologia, do qual estamos aqui falando, mas também num diálogo interdisciplinar ou transdisciplinar que abarque disciplinas como a ciência política, a antropologia, a comunicação, a educação. Preservar essas diferenças de sentido que existem entre *ação* e *atividade* significa confrontar o século XIX, que em grande parte é a matriz da nossa compreensão das disciplinas. Continuamos a pensar com a cabeça do século XIX, em pleno século XXI, e a defender as nossas disciplinas como se isso tivesse valor em si mesmo. Não faz o menor sentido. Não tem a geografia o direito de ser dona do espaço, nem a sociologia o de ser dona da sociedade. As duas devem manter entre si um diálogo que não seja corporativista, mas sim aberto para incógnitas. Nisso nos empenhamos.

É necessário superar fronteiras e obstáculos. Pode ser que as universidades se oponham a esse esforço, mas as pessoas podem fazê-lo, para superar a presente hegemonia do pensamento instrumental e do pensamento operacional. A hegemonia deste a tudo banaliza; banaliza até mesmo a vida e a morte. Quer-se viver rápido, viver logo, aqui e agora, de uma vez, tudo o que houver para se viver. Essa leitura que reproduz o instantâneo, e em grande parte é feita assim pelo pensamento instrumental dominante, expõe a altíssimo risco as próprias gerações e contribui para impedir que se supere a *colonialidade*, conceito tão bem trabalhado por Aníbal Quijano (2005). Diz ele: colonialidade não é colonialismo; é a nossa maneira colonizada de pensar. A colonialidade é muito mais resistente à mudança do que o colonialismo: o colonialismo é evidente; a colonialidade, não, está dentro de nós, dentro da nossa cabeça, pedindo talvez que façamos um esforço para superar tanto os consensos muito rápidos, como a sedução exercida pela mercadoria e pelos mercados.

Eu gostaria de aqui abrir parêntese, para falar de algo que parece ser geografia, e a meu ver não é, mas assume o disfarce de geografia às vezes: o excesso de referência ao território. Se há uma coisa que me

impressiona muitíssimo, é isto: tudo é território agora; toda política é traçada em função do território, e não do sujeito social. Essa ênfase extraordinária do território é algo novo; novo e estranho. Tem várias faces, e até certo ponto são faces que nos enganam. O território parece ser uma coisa benigna, não? É assim como o cotidiano: o cotidiano parecia uma coisa tão bonita; o território também.

Bom, no território nós temos um pouco de tudo: desde enraizamentos desejados (“eu vou me enraizar, daqui ninguém me tira”) até os enraizamentos que ninguém queria, mas acabaram acontecendo, e as mobilizações forçadas, que são desterritorializações, e não territórios móveis. Tudo isso acontece ao mesmo tempo. E muitas vezes as lutas sociais não são por recursos territorializados, mas são justamente pelo direito de atravessar fronteiras, e sair de territórios e entrar em outros, por exemplo. Reduzir tudo a uma única dimensão do espaço, a dimensão território, é de alguma forma aprisionar a sociedade, ou fazer com que a identidade social se dê como uma colagem de características no território, enquanto a elaboração de identidades, em política, é uma coisa extremamente mais complexa do que isso.

Reduzem o espaço ao território e, por isso mesmo, a sociedade ao território, fazendo uma colagem. Está claro que no caso dos movimentos sociais há lutas progressistas por controles territoriais e por recursos territorializados; basta lembrar a luta, na Bolívia, pela água. Mas há também algo profundamente reacionário, que é colar o umbigo da sociedade no território, e só atuar dentro desta equação, especificamente, que corresponde ao destaque atual da ação estratégica, a qual hoje domina. Esta, sim, não pode senão destacar o território, porque isso pertence à sua natureza. Max Weber (WEBER, 2009) diria que vai nisso o predomínio da ação racional dirigida a fins. Eis o que é a ação estratégica: é a ação racional dirigida a fins; busca um território para a sua realização. Essa é uma característica da ação dominante, e expressa a hibridação entre o Estado e o mercado, a qual é uma característica da contemporaneidade.

Outro aspecto consiste na articulação entre o território e a ação estratégica. É o antagonismo do *território usado*, conceito que Milton Santos (SANTOS, 1994; SANTOS et alii, 2000) formulou. Esse território da ação estratégica, da forma dominante de exercício do poder, que cola a leitura do espaço ao visível e ao imediato, que cola a sociedade ali, esse território é o antagonismo do território usado. O território usado destaca a vida relações, destaca como conceito o *espaço banal*, o espaço que é de todos, e não apenas dos atores dominantes. Esse o território usado. Milton Santos (SANTOS, 1996) foi muito sagaz em perceber que essa categoria procura reinscrever o território na problemática relacional do espaço. Porque o espaço é relacional, é *da vida de relações*. O problema está em que o território corta a vida de relações e materializa, de imediato, a experiência coletiva. Isso é uma redução da problemática do espaço, uma redução que traz consigo uma redução dos sentidos da ação. Em vez de ser a ação social, que pode ser espontânea, dirigida de uma forma direta aos valores culturais (como diria Max Weber, uma ação que pode carregar tradições culturais) — em vez de ser isso, é uma ação estratégica de um território e num território que é vazio de relações.

É essa ação estratégica que estamos vendo acontecer no Rio de Janeiro. Há muito tempo está sendo formado o consenso, inclusive pela redução do espaço a território e da ação a ação estratégica. Em vez da ação que é desvendamento, da ação que é relacional, que busca preservar a espontaneidade, uma ação que procura de alguma maneira tenta conhecer os mundos outros, há o predomínio de uma ação que busca fins, que exige a rendição total do outro, e que se confunde com as propriedades materiais mais imediatas de um determinado território. Isto tanto é uma redução da geografia ou para a geografia, extremamente forte, como é uma redução também para a minha área de conhecimento, que é a sociologia.

Essas grandes reduções estratégicas, correspondentes a uma nova simbiose, a uma nova articulação entre o Estado e o mercado, apresentam também um aspecto de militarização, conceito com que trabalha Aníbal Quijano (QUIJANO, 2005, 1994). Militarizam-se as nossas relações sociais, militariza-se a experiência coletiva, sem que para tanto se precise chamar o exército, a marinha e a aeronáutica. A meu ver, já se preparava a militarização desde muito tempo antes: prevista fazia dois ou três anos, a ação que se realizou no Complexo do Alemão seguiu-se aos incêndios criminosos ocorridos não ali, mas em São Gonçalo, aonde ela não chegou em absoluto. Qualquer geógrafo pode facilmente comprová-lo.

Há aí algo que precisa ser melhor compreendido. Penso que pelo menos do lado da sociologia se trata de contribuir para a leitura do outro (*quem é o outro?* ou *como se configuram os muitos outros?*) para a ação estratégica, quando de fato o espaço é lido apenas como território. Já dizia Maquiavel que o território é um território que precisa ser destrinchado *para o exercício do poder*. O príncipe de Maquiavel tinha de conhecer muito bem os territórios, ou não conseguiria de jeito nenhum conquistar o território do outro. Numa leitura territorializada do espaço, e numa leitura pura e exclusivamente estratégica da ação, esse outro da ação estratégica é que permite criar um discurso de guerra, um discurso que opõe o bem e o mal, o bom e o mau, o amigo ou irmão e o inimigo. É uma dicotomização esperável no pensamento militar, mas fica muito deslocada quando se torna, como se tornou, a forma quase geral de formação do pensamento. Embora muito se teime em negar essa dicotomização militar assim difundida, ela salta aos olhos, e quem quer que ouse criticá-la termina visto como traidor da sociedade carioca. Por exemplo, ao falar-se na debandada, que se televisionou, de dezenas de criminosos fugindo da Vila Cruzeiro para se esconderem no Complexo do Alemão, sempre tenho ouvido, não só nas ruas, como ainda no meio universitário, entre professores, observações do tipo “Por que não se aproveitou a oportunidade para matar logo todos?” — ou, noutras palavras, “Por que é que, do helicóptero de dentro do qual se surpreendeu e filmou a debandada, não se cuidou em abatê-los todos a tiro, antes que escapassem? Por que não se utilizou a ocasião para matá-los sumariamente, em vez de tentar capturá-los a fim de depois submetê-los a um julgamento de acordo com a lei?” Questionar a validade de raciocínios dessa espécie é, na opinião geral, o mesmo que desqualificar o que foi feito, quando na verdade é, ao invés disso, tentar qualificá-lo, porém criticando essa atmosfera militarista que já se viveu antes no Brasil, e que não se pode aceitar.

## A NOÇÃO DE GUERRA: RISCOS DA SIMPLIFICAÇÃO

Nessas reduções e abstrações que faz tempo vêm alimentando as relações entre o espaço e a sociedade está provavelmente a origem principal dessa militarização. É uma coisa que nós os cientistas sociais há muito deveríamos ter identificado, mas diante de cuja preparação nos mantínhamos apáticos, sem conseguir entrever com suficiente clareza, e isso não é de todo incompreensível, as consequências que ainda nos aguardavam num futuro distante. Em relação, contudo, ao que se desdobra no presente, penso que precisamos justamente fazer outra cartografia, não essa cartografia dominante, porque essa já conta com a aliança do Estado e com a da mídia. Nossa! Como a mídia mostrou territórios que nunca havia mostrado! Que coisa impressionante! Favelas que nunca apareciam em noticiário algum passaram a ser focadas direto. E os repórteres a perguntarem se elas não iam afinal ser invadidas, e a afirmarem categoricamente: “A sociedade quer paz”, “A sociedade quer isto”, “A sociedade quer aquilo”, como se eles houvessem sondado a fundo e apresentassem escrupulosamente os anseios da sociedade. E ao mesmo tempo os repórteres interpretavam a ação social: quem na janela estendesse um lençol branco, eles se apressavam em dizer que assim fazia para manifestar apoio à invasão. Nem por um momento levantavam a hipótese, perfeitamente admissível, de que a intenção de quem estendeu o lençol fosse expressar uma crítica à violência das “forças de paz”. Os repórteres, tais como o restante da mídia, vêm substituir a fala da sociedade, transmitem uma leitura monocórdia feita de cima para baixo, enquanto em baixo é um tiroteio sem fim, de maneira que essa situação toda faz lembrar aquilo de que trata Guy Debord no seu livro *A Sociedade do Espetáculo* (DEBORD, 1997).

Realmente precisamos de uma nova cartografia da ação, uma cartografia que use todas as ações presentes no cotidiano, inúmeras, riquíssimas, configuradoras de uma sociedade muito diferente, que não é território, que é profundamente ativa, e de fato existe também, simultaneamente a tudo isso que estamos vendo e ouvindo, a todo esse consenso que expressa no brasileiro o “complexo de vira-lata” já denunciado pelo próprio Lula, que é acreditarmos que não temos ainda a sociedade ativa que deveríamos ter. É necessário superar ideia de manifestação de colonialidade. Para a superação existe uma vitalidade social extraordinária. Os dados do LASTRO revelam claramente que a sociedade se desdobra em todas as direções:

inventa mil formas de se manifestar e de sobreviver, e inventa também espaços públicos, cria esfera pública, faz mil e uma coisas impressionantes. É uma sociedade muitíssimo ativa, mas é lida de uma forma terrivelmente simplificadora, e segundo uma retórica negativista, ou então segundo a retórica daqueles que se apresentam como grande sabedores dos anseios da sociedade, e assim nem se dão ao trabalho de escutá-la, preferem simplificar tremendamente a realidade da qual posam de tradutores, no que agem muito mal, pois simplificar uma realidade complexa resulta *sempre* em aumentar os riscos sociais (RIBEIRO, 2009, 2001/2002).

Portanto é necessário uma cartografia que valorize os contextos reais da vida, os contextos das vivências e das experiências; uma outra cartografia, valorizadora do que é “pequeno”, daquilo que, mesmo sendo fugaz, pode ser extremamente importante, porque é a única resistência possível, e pode nos ajudar a superar isso que está se afirmando cada vez mais, que é o mapa do medo. O que agora a mídia fundamentalmente registra é o mapa do medo, esse mapa que não é tratado como na Colômbia, através de um enfrentamento real de circunstâncias de guerra, mas que é efetivamente um mapa do medo que impede completamente a compreensão de que o que nós estamos vivendo é crime organizado e a punição do crime, e não a guerra. A noção de guerra é equivocada neste caso: no entanto essa noção de guerra que vemos se afirmar o tempo todo, nega as outras cartografias: as cartografias da ação, o espaço banal, as coisas que estão aí no dia a dia, o cotidiano, a vida conforme ela é. Esta vida toda, a vida de relações, desaparece; desaparece o espaço, fica apenas o território: é univisível. Há nisso a preparação para a guerra, a percepção da guerra. Há essa simplificação excessiva da complexidade, essa redução que traz consequências muito graves, e aqui se traduz para o diálogo entre a sociologia e a geografia: uma redução do espaço em território.

Retomando com novos elementos a reflexão sobre a dicotomia entre a guerra e a paz, é necessário destacar que o uso banalizado da noção de guerra faz crescer os obstáculos à defesa dos direitos humanos. Esse uso isola e destaca, quase exclusivamente, os atores armados, contribuindo para a redução dos universos relacionais. E mais: reforça a leitura maniqueísta da realidade social, criando a oposição entre o bem e o mal, impondo a lealdade absoluta a um dos lados da “guerra”, e introduzindo a possibilidade de eliminação legítima do outro. A ausência de mediadores e mediações legítimas colabora para o aumento da violência, e desta maneira legitima-se, com base num consenso difuso, a prática de apelar tão só para soluções violentas, inclusive as não institucionais. Radicalizando essas questões e hipóteses, pode-se afirmar que as leituras dominantes dos territórios populares encaminham a reflexão para propostas sem futuro institucional sustentável.

## TERRITÓRIO E VISÃO CENSITÁRIA DA SOCIEDADE

Resistir a essas representações implica rever a própria noção de território, permitindo o reconhecimento de historicidades singulares, da potência de sujeito dos muitos outros e dos vínculos culturais que transcendem a visão censitária da dinâmica social, ou seja, transcendem a colagem da sociedade ao espaço feita através do domicílio. Como se sabe, a visão censitária pertence exclusivamente ao Estado, acrescida da influência de organizações sociais que nele conseguem ter presença. No entanto, outras visões de território e de povoamento, que contemplem os muitos outros, podem ser construídas através, por exemplo, dos seguintes apoios: a leitura multiescalar do espaço e da pluralidade dos poderes; o reconhecimento das instituições e práticas sociais, do poder dos vínculos sociais; e a noção de território usado, a qual é contribuição de Milton Santos. Com esta noção, a abstração que sustenta a leitura estratégica e militar do território é substituída pelo território dos muitos outros, de todos os usos e apropriações espaciais e recursos. Trata-se, aqui, de uma noção que dialoga com os conceitos de espaço banal, a contribuição de Felix Guattari (GUATTARI, 1985), quando realiza a crítica do alisamento do espaço pelo Estado moderno. Com o alisamento do espaço, operacional e instrumental, perdem-se memórias, aprendizados, projetos e sentidos da ação dos muitos outros.

## POR UMA CARTOGRAFIA DA AÇÃO SOCIAL

Os contextos, a vida de relações que as novas cartografias devem valorizar é o próprio espaço. Deve-se valorizar a experiência social, traçar realmente a transformação do território em território usado, território praticado, território experienciado. A cidade viva e experimental não morreu, apesar de todas as afirmações em contrário, feitas pelo discurso da crise; a cidade é fortíssima, é muito resistente. Daí a importância dos sujeitos sociais que de fato existem, nas suas condições eventuais de sujeitos, sujeitos da sua própria ação, e que na verdade estão nas ruas, são as pessoas que estão nas ruas, falando, acontecendo, dizendo, agindo, fazendo. É a essa é a cartografia da ação que me refiro. Queremos saber dessa cartografia, dessas outras cartografias dos *territórios usados*, de maneira a resistir ao apagamento da vida de relações, o qual cada vez mais, eu acho, vai ser a forma dominante, a forma hegemônica de ver e de ler as relações entre a sociedade e o Estado. E com isso nós podemos correr o risco, sim, de ver crescer e se afirmar quase exclusivamente a leitura militar das relações sociais, uma leitura em que, efetivamente, em vez de termos a negociação teremos o extermínio do opositor. O que agora aconteceu pode acontecer muitíssimo mais, depois, e isso com o apoio produzido por uma sociedade em grande parte envolvida num universo informacional que é muito difícil de analisar e criticar.

É necessário, sim, nós alargarmos os diálogos não só entre as disciplinas, mas também com outros saberes, com a fala do outro, com a leitura do outro, para que a banalização que está no espaço banal não seja a banalização do controle, e sim a banalização necessária ao diálogo. E nesse sentido me parece que mais do que nunca se faz necessária a *episteme* dialógica, a *episteme* democrática, efetivamente democrática, que procure realmente fazer representar todos os outros, os muitos outros, para que nós todos, ou a maior parte possível de nós, estejamos nas nossas representações do espaço e da sociedade. Assim se poderá contrariar a ação que se dá de cima para baixo. Para descobrir como realizar isso, é necessária a leitura horizontal e de baixo para cima.



## MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Acredito que é necessário hoje, para a compreensão da vitalidade da vida social, superar as leituras metafóricas da questão da violência e da segurança, introduzindo a articulação entre a lei e o crime, em vez de guerra e paz. É necessário reconhecer, sempre, a complexidade da vida urbana, que se manifesta em todos os lugares. Cumpre superar os localizadores sociais como únicos nortes da leitura da experiência urbana (leis, estatísticas, leitura censitária, domicílio); eliminar a subjugação dos localizadores sociais, que contribui para reforçar estereótipos e preconceitos; desconstruir o uso do território como referente estabilizado e unificador das identidades sociais, para que se reconheçam o território usado e as territorialidades; desconstruir a leitura militar e estratégica dos territórios, fazendo avançar o próprio conceito de território em direção ao espaço banal (Milton Santos); reconhecer, identificar e denunciar a transposição seletiva de modelos para a implementação de políticas sociais; aumentar as oportunidades de fala dos atores sociais e políticos; estimular a articulação entre os espaços públicos e a esfera pública, como exemplifica o movimento Carta Aberta de Buenos Aires, e contribuir para a ampliação das mediações institucionais entre diferentes segmentos da cidade, em direção a pactos sociais, o que implica compromissos com a integração social.

Gostaria de terminar esta exposição, citando um poema que uma professora de geografia me deu e em cujos últimos versos o autor, Manuel de Barros, diz: “Para mim, poderoso não é aquele que descobre ouro. Poderoso, para mim, é aquele que descobre as insignificâncias do mundo e nossas”. Então valorizemos o que aparentemente não é importante, aquilo que é insignificante. Milton Santos era de fato um intelectual poderoso, porque, além de tudo o que fez, descobriu insignificâncias, a importância das insignificâncias, por meio de algumas categorias centrais, que são filosóficas e políticas, tais como: o *homem lento*, o *espaço banal* e o *território usado*. É aí que estão as insignificâncias; por isso mesmo esse é um pensamento poderoso, e eu diria que é um pensamento de resistência.

## NOTAS

1- Texto transcrito do vídeo da Conferência de abertura do *III Seminário Nacional Metrópole: Governo, Sociedade e Território & II Colóquio Internacional Metrôpoles em Perspectivas*, realizado na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 2010. Com base no roteiro da conferência e na gravação em vídeo (DVD) da conferência, transcreveram o texto Ivo Moura Jr. (bacharel em Geografia pela UFRJ, pesquisador do *Grupo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas* da FFP-UERJ) e Catia Antonia da Silva (doutora em Geografia e professora adjunta da FFP-UERJ).

2- Os dados estão disponíveis na página do LASTRO na internet: <[www.lastroufrj.com.br](http://www.lastroufrj.com.br)>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Manuel de. *Encantador de palavra*, 2000. Edição portuguesa. Organização e seleção Walter Hugo Mãe. Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2000.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos – 1: 1910-1920*. Rio Janeiro: Civ. Brasileira, 2004. 520p.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere 3: Maquiavel*. Rio Janeiro: Civ. Brasileira, 2000a. 428p.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere 2 :Intelectuais*. Rio Janeiro: Civ. Brasileira, 2000b. 334p.
- GUATTARI, Félix. *Espaço e poder: a criação de território na cidade*. N. ° 16. Revista Espaço & Debate. São Paulo, 1985.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MARX, Karl. *El Capital*. Vol. I, 13ª reimpressão. México: Fondo de Cultura Econômica, 1978.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília, EdUnB, 1994, 3ª ed., 436p.
- \_\_\_\_\_. *O Príncipe*. Brasília, EdUnB, 1992, 2ª ed., 102p.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. in *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org.). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005. pp: 227-278 ISBN: 987-1183-24-0. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>.
- \_\_\_\_\_. América Latina en la economía mundial. En *Problemas Del Desarrollo*, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM, vol. XXIV, No. 95, octubre-diciembre. In DEBATE, No. 31, abril 1994, pp. 87-100. Quito, Ecuador.
- RIBEIRO, Ana Clara. *Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano*, in Poggiese, Héctor y Egler, Tamara Tania Cohen (org.) *Otro desarrollo urbano : ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009. p. 147-156. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/14torres.pdf>>.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*, Ano XV, N.2 e Ano XVI, N.1, 2001 e 2002.
- RIBEIRO, Ana Clara e Silva, Catia Antonia da. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo, in Torres Ribeiro, Ana Clara (org.) *El rostro urbano de América Latina. O rostro urbano da América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2004, p. 245-271. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural1/p6art3.pdf>>.
- SANTOS, Milton et. al. *O papel ativo da Geografia: Manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, Julho de 2000. 18p.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308p.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Volume 1. Brasília: Editora UNB, 2009 (reimpressão).